

JORNAL DO BRASIL

Economia Brasil

Ulysses diz que reforma sai em alguns dias

17 MAR 1987

Brasília — O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, revelou que o governo deverá adotar nos próximos dias medidas corretivas da economia que podem implicar em uma reformulação da atual política econômica, visando, sobretudo, conter a inflação, sem provocar a recessão. Ulysses, porém, não quis antecipar as decisões do governo. Fontes do PMDB informaram contudo que o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, já tem autorização do presidente José Sarney para daqui a 15 dias, no máximo, anunciar as novas medidas. Elas poderão vir em conjunto com a reorientação da equipe do governo, da qual Funaro deverá ser o principal coordenador, assumindo o controle de todos os ministérios e órgãos da área econômica.

O governo não cogita aproveitar o Plano Sayad, mas dele poderá extrair algumas sugestões, ainda não definidas por Sarney. O congelamento de 90 dias, proposto pelo plano, em princípio está descartado, pois o governo considera incompatível a adoção imediata da medida, diante da alta dos preços, ocorridos justamente por causa dessa especulação.

As medidas, desta vez, poderão ter um caráter mais abrangente, não estando afastada a hipótese de nelas estarem inseridas decisões complementares sobre a dívida externa. As decisões do governo deverão incidir principalmente sobre o Imposto de Renda, através da revisão da tabela do IR-fonte, que está defasada, e na área de subsídios, com a revisão de alguns como do trigo, açúcar e álcool. Suas etapas mais importantes poderão determinar uma efetiva política de realinhamento de preços e salários.

Todas as medidas que implicarem em decisões polêmicas serão submetidas ao Congresso. O governo, nesse sentido, prepara já a Aliança Democrática para as novas decisões que podem provocar polêmicas dentro da sua própria base de sustentação política como a questão do subsídio e, particularmente, salários.

Bom, mas inviável

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, confidenciou a assessores próximos

que o plano de estabilização econômica proposto pelo ministro do Planejamento, João Sayad, é bom, mas sua aplicação somente é viável a longo prazo. Esta ressalva de Funaro, na avaliação dos técnicos do Ministério da Fazenda, é um jato de água fria no Plano Sayad, já que a proposta do Planejamento é de aplicação imediata das medidas propostas, como forma de reduzir a inflação e recuperar a economia do país.

O Plano Sayad está sendo visto com ceticismo pela assessoria de Funaro. A avaliação quase que generalizada do Ministério da Fazenda é de que o plano tem muito poucas chances de obter resultados positivos.

Em primeiro lugar, os técnicos da Fazenda estão céticos de que o governo consiga estabelecer um equilíbrio nos preços, como propõe o plano, que permite chegar à segunda fase proposta pelo Plano Sayad, o qual prevê a estabilização de preços e salários por 90 dias. A maior falha do Plano Sayad, no ponto de vista dos técnicos da Fazenda, no entanto, é a sistemática de reajustes de preços e salários, principalmente do salário mínimo, que sofrerá reajuste automático toda vez que a inflação atingir o patamar de 3%. Nesta caso, avaliam os técnicos, a economia corre um sério risco, maior ainda do que ocorreu no Plano Cruzado com a instituição da escala móvel de salários, que estabelece reajustes automáticos toda vez que a inflação atingir um patamar de 20%.

— Se o Plano Sayad obtiver sucesso, não há problema. Mas se fracassar, e a inflação for superior a 3%, os disparos sucessivos do gatilho para o salário mínimo resultariam em estrondosos custos industriais. Esta é uma proposta difícil de ser encampada pelo Executivo para ser levada ao Congresso — analisa um assessor de Funaro.

A possibilidade de as empresas repassarem aos preços os aumentos concedidos a seus funcionários no período da data-base, na opinião dos técnicos da Fazenda, inviabilizará qualquer política de controle da inflação, pois permanecerá a corrida de salários versus preços.